



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 18º/2025

Ata da 18ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP), realizada em 1º/12/2025.

Às 10 horas e 30 minutos do dia 1º de dezembro de 2025, realizou-se, por videoconferência, a 18ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP), sob a condução do membro auxiliar da Comissão da Saúde Jairo Bisol, que iniciou os trabalhos saudando os participantes e destacando que esta seria a última reunião do ano, dedicada à retrospectiva das ações de 2025, à apresentação das entregas consolidadas e ao planejamento das metas para 2026.. **1. Consolidação da Política Nacional de Atenção à Saúde Mental do Ministério Público.** Bisol apresentou os avanços da Política Nacional de Atenção à Saúde Mental do Ministério Público, instituída pela Resolução CNMP nº 265/2023, ressaltando as produções técnicas, estudos desenvolvidos e atos normativos elaborados no âmbito do Fonasm-MP ao longo de 2025. Informou sobre o atual momento de articulação com a Corregedoria Nacional do Ministério Público e com as Corregedorias dos Ministérios Públicos estaduais, especialmente para a construção da Unidade Nacional de Perícias Médicas em Saúde Mental, destacando que cada Corregedoria possui assento no Fórum e pode acompanhar a implementação da política. Destacou ainda a importância de realizar uma aproximação maior com os Procuradores-Gerais, assim como outros setores estratégicos para a implementação da política como os setores de Recursos Humanos e Gestão Estratégica. Ele também reforçou que o foco da política deve estar na promoção e prevenção, assinalando que a assistência é necessária apenas quando a política falha e já houve adoecimento. **2. Exposição – Riscos Psicossociais no Trabalho.** A procuradora do Trabalho Cirlene Zimmerman (Codemat/MPT) apresentou análise sobre riscos psicossociais no ambiente de trabalho, destacando: A saúde mental como direito constitucional, abrangendo proteção física e psicológica; A relevância das normas internacionais, especialmente a Convenção 161 da OIT; A necessidade de compreender a organização do trabalho e as práticas de gestão como fatores determinantes da saúde; Os impactos da virtualização do trabalho nos últimos anos e o aumento do potencial de adoecimento; O papel das Corregedorias na identificação das reais condições de trabalho, para além do controle de prazos. A expositora reforçou que o tratamento da saúde mental no trabalho exige ações estruturantes, criação de espaços de acolhimento e análise das formas de gestão institucional. **3. Comissão de Saúde:** A comissão de saúde apresentou as ações desenvolvidas no âmbito de sua atuação, em apoio a todos os comitês e GTs, participando de todas as reuniões e produções, auxiliando-as em nível técnico e administrativo; bem como realizando, sob a condução do membro auxiliar Jairo Bisol, as articulações necessárias com as demais unidades e administrações no intuito de tornar efetiva a implementação das ações e estratégias desenvolvidas no âmbito do Fórum. **Relato das Ações dos Comitês e Grupos de Trabalho.** Foram apresentadas as ações desenvolvidas em 2025 pelos comitês vinculados ao Fonasm-MP, e as ações propostas para 2026: **3.1 Comitê de**

Estratégias Psicopedagógicas. Relatou a oferta de cursos, trilhas e formações voltadas à administração, corregedorias, área de RH, lideranças e equipes técnicas, com previsão de ampliação das capacitações em 2026. **3.2 Comitê de Apoio às Comissões de Prevenção.** Apresentou panorama da implantação das Comissões de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental nos MPs e os acompanhamentos realizados ao longo do ano, com devolutivas técnicas às unidades, informando sobre as perspectivas para 2026 de atendimento individual e coletivo das unidades; e entrega de material referente ao guia prático de auxílio à atuação das comissões. **3.3 Comitê de Enfrentamento às Violências no Ambiente de Trabalho.** Informou sobre o conteúdo discutido nas reuniões que vêm sendo realizadas, a previsão de definição e apresentação do fluxo institucional de atendimento nos casos de assédio moral, violência e discriminação, integrando os assuntos da Resolução CNMP nº 315/2025, e as questões técnicas que estão sendo discutidas, com a previsão de conclusão dos trabalhos no primeiro semestre de 2026. **3.4 Grupo de Trabalho de Inteligência em Saúde Mental.** Registrou as reuniões quinzenais, os estudos metodológicos para avaliação de riscos psicossociais, e o desenvolvimento do plano de trabalho para aplicação da Escala de Copenhagen, e gerenciamento deles em conformidade com as fases definidas no Manual de Suporte à implementação da política, com vistas à consolidação de procedimentos padronizados. Apresentou as metas do grupo para 2026 destacando-se, como os demais comitês, a organização do Segundo Encontro Presencial do Fonasm-MP. **3.5 Participação da Fenamp.** Foi registrada a participação ativa da Fenamp nos grupos de trabalho e comitês da política; foi sugerido por Jairo Bisol e acolhido pelo Fórum pautar para a próxima reunião ordinária o tema do direito à desconexão, a partir da situação relatada pela Fenamp. **4. Metas e Planejamento para 2026.** O Fórum definiu como principais metas: Intensificar o diálogo com os Procuradores-Gerais de Justiça, visando maior aproximação e alinhamento institucional; Consolidar a estrutura da Unidade Nacional de Perícias Médicas em Saúde Mental; Implementar metodologias unificadas de avaliação de riscos psicossociais nas unidades ministeriais, fornecendo um Tutorial do Plano de Trabalho, Guia Prático de Atuação; e Fluxo de atendimento atualizado; Lançar atualização do Manual de Suporte à Implementação da Política com novos materiais produzidos no âmbito dos comitês e do GT; Ampliar ações de formação, prevenção e acolhimento; Realizar o 2º Encontro Nacional do Fonasm-MP, na última semana de setembro de 2026, no contexto do Circuito CNMP. **5. Demais assuntos.** Os participantes do Fórum foram convidados a integrar o Grupo de Trabalho que irá definir o protocolo de atuação para o procedimento de autocomposição, previsto no § 3º do art. 14 da Resolução CNMP nº 315/2025. Os interessados devem encaminhar e-mail para ces@cnmp.mp.br. Foram reforçados os prazos de 180 dias previstos naquela resolução para instituir, capacitar e regulamentar as Comissões de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental das unidades e ramos. As unidades que desejarem compartilhar iniciativas relativas ao "Janeiro Branco" no Repositório do Fonasm-MP, devem encaminhá-las ao e-mail ces@cnmp.mp.br, o quanto antes. **6. Encaminhamentos Finais.** Jairo Bisol agradeceu o trabalho dos comitês, das unidades do Ministério Público e da equipe técnica da Comissão da Saúde, destacando o avanço expressivo da política em 2025 e reforçando o compromisso com o fortalecimento das ações em 2026. **7. Próxima Reunião.** Ficou agendada a próxima reunião ordinária do Fonasm-MP para o dia 23 de fevereiro de 2026. Nada mais havendo a relatar, foi encerrada a reunião às 12h30, sendo lavrada e assinada por este signatário, a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**,
Coordenador Administrativo, em 04/12/2025, às 17:25, conforme § 3º do art.
4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-
PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1269129** e o código CRC **70251268**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 17/2025

Ata da 17ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, realizada no dia 13/10/2025

Aos 13 dias do mês de outubro de 2025, às 10h30 (horário de Brasília), realizou-se, por videoconferência, a 17ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, sob a condução do Dr. Eduardo da Silva Lima Neto (MPRJ), que iniciou os trabalhos saudando os participantes e destacando a importância da temática da saúde mental no âmbito institucional. O Dr. Eduardo justificou a ausência do Dr. Jairo Bisol (CNMP) que, por motivos de saúde, encontrava-se em procedimento cirúrgico, desejando-lhe plena recuperação. **1. Relato do 1º Encontro Nacional do Fórum.** O Sr. Roberto Itajajy (CNMP) apresentou o resumo do 1º Encontro Nacional do Fórum, realizado em Brasília no dia 9 de setembro de 2025, destacando o êxito do evento, o envolvimento de todas as 30 unidades do Ministério Público e o expressivo número de 167 participantes, entre membros e servidores. Informou que todo o material (vídeos, apresentações e fotos) está disponível no Portal do Fórum, no site do CNMP. **2. Resolução CNMP nº 315/2025.** Dr. Eduardo (MPRJ) informou sobre a publicação da Resolução CNMP nº 315, de 23 de setembro de 2025, que complementa a Resolução CNMP nº 265/2023, fixando diretrizes para a atuação das comissões de prevenção a situações de risco à saúde mental. Destacou os prazos de **180 dias previstos nos artigos 15 e 16** para a instituição e adequação das comissões e convocou todos a estudarem o texto, por considerá-lo um avanço relevante na consolidação da Política Nacional de Saúde Mental no Ministério Público. **3. Grupo de Trabalho de Inteligência em Saúde Mental.** Welison Matheus Fontes da Silva (MPSP) apresentou o andamento do Grupo de Trabalho de Inteligência em Saúde Mental, destacando a aplicação da Escala de Copenhague para diagnóstico de riscos psicossociais no trabalho. Explicou que a ferramenta é cientificamente validada, de uso gratuito no Brasil e adaptável às realidades institucionais. O instrumento, segundo relatado, permite identificar fatores de risco e proteção relacionados a estresse, exaustão emocional, recompensas, satisfação e segurança no trabalho. Dra. Cirlene Zimmermann (MPT) reforçou que a aplicação deve ser integrada a outras fontes de informação, como registros de pedidos de remoção, dados da corregedoria e serviços de saúde, enfatizando que o questionário é uma ferramenta complementar, não isolada. Luara Barreto (CNMP) esclareceu que os resultados da pesquisa embasarão a implementação do plano de ação previsto no Manual de Implementação. Luciana (MPPE) e Alessandra (MPSE) relataram experiências práticas de aplicação, levantando questões sobre versões resumidas do questionário e percentual ideal de adesão. Welison recomendou o uso da versão curta (41 questões) e ressaltou que cada unidade ministerial tem autonomia para definir o modelo mais adequado. Luara destacou a importância do envolvimento das lideranças e da aproximação dos profissionais de saúde com as equipes, reforçando o caráter intersetorial e participativo do processo. **4. Comitê de Apoio às Comissões de Prevenção.** Elizângela Peruchi Rampinelli (MPES) apresentou o panorama das comissões locais de prevenção, destacando que todas

as unidades ministeriais responderam ao diagnóstico nacional. Ressaltou a importância da integração entre áreas de Saúde e Recursos Humanos e informou que o comitê está realizando reuniões individualizadas com cada Ministério Público para ouvir, propor ações e oferecer devolutivas baseadas nas Resoluções CNMP nº 265, nº 315 e no Manual de Implementação da referida resolução. **5. Comitê de Estratégias Psicopedagógicas.** Dr. Eduardo (MPRJ) relatou que, sob a premissa de que a educação se consolida pela repetição, o comitê planeja uma segunda rodada de cursos e formações sobre saúde mental, com novos temas e palestrantes, a serem definidos em reunião no dia 15 de outubro. Sandra Zembruski (MPRS) sugeriu a reabertura dos cursos já existentes, considerando a entrada de novos integrantes e gestões. Soraia (MPRJ) informou que o Instituto de Educação Roberto Barroso (IERB) disponibilizará até o fim de outubro os cursos “Ambientes Saudáveis” e a “Trilha de Saúde Mental” para todas as unidades do MP, via plataforma Moodle ou links diretos. Dr. Eduardo esclareceu que todos os cursos serão entregues oficialmente às unidades do Ministério Público para livre acesso e reprodução local. **6. Comitê de Enfrentamento às Violências.** Bárbara Garcia (MPPR) destacou que, a partir da Resolução CNMP nº 315, o comitê revisará o fluxo institucional de atendimento e encaminhamento de casos, propondo um modelo nacional de boas práticas. Solicitou que as unidades enviem exemplos de fluxos e sugestões para subsidiar o trabalho coletivo. **7. Comitê de Articulação Institucional.** Dr. Eduardo informou que será feita a entrega oficial dos cursos e materiais produzidos à Alta Administração dos Ministérios Públicos (Procuradores-Gerais e Corregedores-Gerais), durante reuniões do CNPG e CNCG em novembro, para reforçar a adesão institucional às ações do Fórum. Foi ainda anunciada a articulação, em conjunto com a Corregedoria Nacional, para a criação de uma Unidade Nacional de Perícia Médico-Psiquiátrica, composta por peritos credenciados de diferentes MPs, com atuação em formato de consórcio, evitando deslocamentos e otimizando a oferta de perícias técnicas. **8. Apresentação – Experiência do MPPR.** A Procuradora de Justiça Mônica Louise de Azevedo (MPPR) e a psicóloga Cecília Gagetti apresentaram o diagnóstico de riscos psicossociais do MP do Paraná, desenvolvido em 2024. O estudo utilizou o Questionário de Recursos e Demandas de Trabalho (QRDT), instrumento nacionalmente validado, e identificou fatores de risco e proteção à saúde mental. Com base no diagnóstico, foram implementadas ações como: Oficinas sobre fadiga de compaixão; Elaboração do “Guia de Saúde Mental – Cuidando de quem atende”; Lives e capacitações sobre riscos psicossociais; Oficinas para lideranças e ações institucionais de convivência (“Conviver MP”). Dr. Eduardo elogiou o trabalho e sugeriu sua difusão como modelo de referência para outras unidades. **9. Encaminhamentos Finais.** Foram deliberados os seguintes pontos: Produção de um tutorial/corso sobre a Escala de Copenhague pelo GT de Inteligência em Saúde Mental; Continuidade das reuniões dos comitês temáticos; Próxima reunião do Fórum agendada para o dia 1º de dezembro de 2025. Nada mais havendo a tratar, Dr. Eduardo da Silva Lima Neto (MPRJ) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, registrando votos de pronta recuperação ao Dr. Jairo Bisol. Nada mais havendo a relatar, foi encerrada a reunião às 12h, sendo lavrada e assinada por este signatário, a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**,
Coordenador Administrativo, em 15/10/2025, às 14:06, conforme § 3º do art.
4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-
PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **1246481** e o código CRC **137B03CB**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 16/2025

Ata da 16ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, realizada no dia 18/08/2025

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, por meio da plataforma Teams, a 16ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, sob a condução do Membro Auxiliar da Comissão da Saúde do CNMP, Dr Jairo Bisol, com a participação de representantes dos Ministérios Públicos Estaduais, do Ministério Público da União, Corregedorias, Comitês temáticos e convidados. **1. Abertura e Boas-Vindas.** A reunião foi aberta pelo Membro Auxiliar, Dr. Jairo Bisol, com registro de quórum superior a 60%. Destacou-se o avanço do Fórum desde sua criação, com estruturação por meio de comitês e grupos de trabalho temáticos e atuação orgânica crescente. **2. Principais Deliberações.** Foi aprovada por unanimidade a proposta de articulação da política nacional de saúde mental como um dos temas estratégicos do Fórum Nacional de Gestão do MP, a partir da criação de um comitê específico. A proposta será levada ao conselheiro Moacyr Rey. O plenário unanimemente legitimou a continuidade de Bárbara Garcia - MPPR, como coordenadora do Comitê de Enfrentamento às Violências no ambiente de trabalho, e Welison Fontes - MPSP, como coordenador do Grupo de Trabalho de Inteligência em Saúde Mental, mesmo com mudanças nas composições institucionais. Os referidos coordenadores foram indicadas pelas respectivas unidades para integrarem as estruturas do Fórum, e foram escolhidos pelo integrantes destas estruturas para exercerem a coordenação, mesmo não sendo integrantes do Fórum. **3. Relatos dos Comitês.** O Comitê de Estratégias Psicopedagógicas, coordenado por Eduardo Lima Neto (MPRJ), relatou o andamento dos cursos “Ambientes de Trabalho Saudáveis” e “Trilhas de Liderança - Curso I”, com pedidos de extensão do prazo até 5 de setembro. Foi sugerido tornar os conteúdos acessíveis permanentemente. O Comitê de Apoio às Comissões de Prevenção, coordenado por Elizângela Rampinelli (MPES), concluiu o mapeamento do funcionamento das comissões de prevenção à situações de risco à saúde mental em 18 MPs, restando apenas 12 pendentes. O prazo para resposta ao formulário é até 27/08, com oferta de apoio técnico no preenchimento aos MPs que solicitarem. O Comitê de Enfrentamento às Violências, coordenado por Bárbara Garcia (MPPR), está elaborando fluxos de acolhimento e encaminhamento, com previsão de apresentação de boas práticas no encontro presencial de setembro. O GT de Inteligência em Saúde Mental, coordenado por Welison Fontes (MPSP), está desenvolvendo ferramenta de avaliação periódica de riscos psicossociais, com a próxima reunião técnica marcada para 19/08. Houve debate sobre sigilo profissional e construção de consórcio nacional para juntas médicas, ainda inconclusivo. **4. Boas Práticas Institucionais.** O MP de Pernambuco, representado pela promotora de justiça Luciana Marinho, apresentou a estruturação da política de saúde mental e enfrentamento ao assédio, destacando a pluralidade da comissão e os desafios na implementação de pesquisa diagnóstica. **5 Foi apresentada a programação do Primeiro encontro do FONASM** pela comissão de saúde (Luara Macedo e Roberto Itajahy). **6. Os representantes da corregedoria e da RAS participaram pela primeira vez** da reunião do Fórum Nacional de Saúde Mental, aos quais foram dadas boas vindas. Houveram falas acerca dos problemas enfrentados pela corregedoria em razão do adoecimento mental de integrantes do Ministério Público, ratificando a importância do trabalho realizado pela instituição da política nacional de saúde mental. **6. Próximas Entregas e Datas.** Prazo para resposta ao formulário de mapeamento das comissões: até 27 de agosto de 2025. Encontro Presencial do Fórum Nacional de Saúde Mental: 9 de setembro de 2025, em Brasília. Próxima reunião virtual do Fórum: 13 de outubro de 2025, aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 12h15, sendo lavrada e assinada por este signatário.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes, Coordenador Administrativo**, em 22/08/2025, às 13:00, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1222367** e o código CRC **03F6266D**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 15/2025

Ata da 15ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, realizada no dia 16/06/2025

Às dez horas e trinta minutos do dia dezesseis de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, por meio da plataforma Microsoft Teams do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a 15ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP). A reunião foi conduzida pelo Procurador de Justiça Eduardo Lima Neto, com a participação do Dr. Jairo Bisol e de representantes dos diversos ramos e unidades do Ministério Público. Verificado o quórum regimental, os trabalhos foram iniciados com uma contextualização acerca da relevância da psicoeducação e da necessidade de desmistificação dos transtornos mentais, enfatizando-se a promoção da saúde mental como compromisso institucional do Ministério Público.

1. Inclusão das Corregedorias no Fórum: Foi aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Dr. Jairo Bisol para ampliação da composição do Fórum, mediante a inclusão de representantes das corregedorias dos Ministérios Públicos estaduais, com o objetivo de fortalecer a integração desses órgãos na formulação e implementação da política institucional de atenção à saúde mental.

2. Cursos e Trilhas Formativas: Foram apresentados os cursos "Ambiente de trabalho saudável: fatores psicossociais, prevenção e cuidado" e "Prevenção: atuando sobre fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho". Deliberou-se pela ampliação do número de vagas e pela prorrogação do prazo para inscrições, com a possibilidade de extensão da oferta às corregedorias.

3. Apresentação Externa - Ministério Público do Estado da Bahia: As Promotoras de Justiça Patrícia Medrado e Rocío Garcia, juntamente com a psicóloga Larissa Guimarães, apresentaram as iniciativas desenvolvidas pela Comissão de Prevenção à Situação de Risco à Saúde Mental do MPBA, destacando-se a utilização da metodologia OKR e as principais entregas realizadas, como a elaboração de Procedimento Operacional Padrão (POP) para situações de urgência e emergência em saúde mental, a aplicação do formulário SRQ-20, a realização de ações de capacitação e a construção de um mapa diagnóstico dos riscos psicossociais, informando ainda sobre a realização de avaliação de riscos psicossociais com servidores pelo sindicato, com a mesma metodologia utilizada na pesquisa nacional.

4. Grupo de Trabalho de Inteligência (GTI): O representante Welison Fontes (MPSP) apresentou as ações em andamento para o desenvolvimento de uma ferramenta nacional de diagnóstico psicossocial. Informou-se que o grupo encontra-se na fase de definição metodológica e de articulação institucional com os diversos Ministérios Públicos.

5. Planejamento Estratégico: O Promotor de Justiça Paulo Roberto Ishikawa (MPMS) apresentou proposta de articulação entre o Fórum e os setores de planejamento estratégico dos Ministérios Públicos, com ênfase na utilização do Radar Estratégico e no fortalecimento das comissões locais como instâncias de execução e monitoramento da política de saúde mental.

6. Comitê de Apoio às Comissões: A representante Elisângela Rampinelli (MPES) informou sobre o mapeamento dos pontos focais nos Ministérios Públicos e o levantamento

das estruturas existentes de escuta qualificada, com previsão de envio de ofício institucional para coleta de informações e fortalecimento das ações do Comitê. **7.**

Encaminhamentos Finais: Foi comunicada a futura divulgação, nas próximas reuniões, do calendário institucional com os links de acesso aos comitês e grupos de trabalho, os quais permanecerão abertos à participação de todos os integrantes do Fórum. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada com agradecimentos aos presentes. Para constar, lavrou-se a presente ata, que será assinada e arquivada nos registros do Fórum.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**, **Coordenador Administrativo**, em 07/07/2025, às 16:43, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1201098** e o código CRC **3E7BDD3C**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 14/2025

Ata da 14^a Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, realizada no dia 19/05/2025

Às dez horas e trinta minutos do dia dezanove de maio de dois mil e vinte e cinco, ocorreu a 14^a Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP), realizada por meio da plataforma Microsoft Teams do CNMP. A reunião contou com a presença dos representantes das unidades e ramos do Ministério Público, indicados pelos respectivos Procuradores-Gerais. Após a verificação de quórum, a sessão foi aberta e conduzida pelo Membro Auxiliar da Comissão da Saúde (CS), Jairo Bisol, que representou o Conselheiro Moacyr Rey Filho, presidente interino da CS. **1. Abertura:** Dr. Jairo Bisol deu início à reunião reforçando que o Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental não deve assumir um caráter demandante, mas sim de construção colaborativa. Destacou que o papel do Fórum é ser um espaço pensante que oferece alternativas e constrói soluções dentro da própria estrutura do Ministério Público, sem impor demandas externas. **2. Estratégia de Atuação Institucional:** Enfatizou a importância de construir respostas institucionais com os recursos e articulações internas ao MP. Citou o êxito de experiências anteriores realizadas sem demanda direta, como os cursos e iniciativas em parceria com grupos de inteligência institucional, ressaltando que o objetivo é que o Ministério Público se aproprie das iniciativas do Fórum, fortalecendo a articulação estratégica. **3. Encontro Presencial do Fórum Nacional:** Foi informado que o primeiro encontro presencial do Fórum será realizado em Brasília, nas dependências da Escola Superior do Ministério Público da União, no dia 9 de setembro de 2025, das 9h às 18h. A Procuradora de Justiça Selma Sauerbronn reforçou a relevância da participação consistente das representações dos MP. **4. Próxima Reunião Virtual:** Confirmou-se a próxima reunião virtual do Fórum para o dia 16 de junho, às 10h30. **5. Apresentação das Comissões de Prevenção à Saúde Mental:** A Comissão da Saúde reforçou o convite para que, a partir da próxima reunião, as comissões de prevenção à saúde mental que atuam nos MPs estaduais e ramos do MPU apresentem suas experiências. Destacou-se que seria importante que as comissões que já estejam em funcionamento se apresentem primeiro, como forma de incentivo para que outras comissões se tornem efetivas. Como exemplo, foi mencionada a Corregedoria Administrativa do MPBA. **6. Articulação Institucional e Participações Recentes:** No campo da articulação institucional, destacou-se a participação do Fórum na reunião do Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas (CPGP) do Fórum Nacional de Gestão do MP, com convite para o Encontro Nacional do grupo, a ser realizado em Belo Horizonte no dia 3 de julho. Na oportunidade, houve diálogo com o Coordenador-Geral do FNG, Paulo Ishikawa, com quem foi agendada uma reunião sobre planejamento estratégico para o dia 21 de maio. Também houve participação na reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do MP dos Estados e da União, realizada no Rio de Janeiro, que teve grande repercussão. Nesse contexto, discutiu-se a proposta de desenvolvimento de um curso voltado aos corregedores-gerais, a divulgação de cursos no repositório, além

da atuação do GT de Inteligência como instância de consultoria. **7. Papel das Equipes Institucionais e Promoção da Saúde Mental:** Reafirmou-se que a principal função das equipes de profissionais nas unidades do MP não deve ser o atendimento clínico individualizado, mas sim o acolhimento inicial, o gerenciamento institucional e, principalmente, a promoção e prevenção da saúde mental. Foi mencionada a resolução que trata do enfrentamento das violências, que será impulsionada a partir das ações do Fórum. **8. Divulgação e Calendário dos Comitês e GT:** Sugeriu-se também a publicação do calendário de reuniões dos comitês e do GT de Inteligência. **9. Criação do Comitê de Articulação Institucional:** Foi proposta a criação de um Comitê de Articulação Institucional da Política Nacional de Saúde Mental no MP, com objetivo de promover diálogo direto com as Administrações Superiores e discutir a localização da política de saúde mental nos organogramas das instituições. A composição será definida futuramente. **10. Apresentação dos Comitês em Funcionamento:** Foram apresentados os comitês em funcionamento. **a) Comitê de Estratégias Psicopedagógicas:** O Comitê de Estratégias Psicopedagógicas, sob a coordenação do Dr. Eduardo (MPRJ), informou sobre o início das turmas, os prazos de inscrição e o convite para que unidades gravem vídeos curtos (de 1 minuto) apresentando boas práticas para compor o curso “Papel do Líder”. Também serão convidados representantes e autoridades para gravar vídeos temáticos. **b) Comitê de Apoio às Comissões de Prevenção:** O Comitê de Apoio às Comissões de Prevenção, coordenado por Elizângela (MPES), está produzindo um manual que incorpora contribuições recentes. **c) Comitê de Enfrentamento às Violências:** O Comitê de Enfrentamento às Violências, coordenado por Bárbara Garcia (MPPR), realizou sua primeira reunião no dia 15/05 e a próxima ocorrerá em 21/05. **d) Grupo de Trabalho em Inteligência:** O GT de Inteligência, atualmente sendo ampliado com novos integrantes, conta com representações diversificadas, como Patrícia Katy (MPBA), Maurício Coentro (CN), Mapeli (MPSP), Cirlene (MPT), Welison (MPSP), Rafaela (MPBA) e outros profissionais de diversas áreas, como psicólogos, assistentes sociais, médicos do trabalho e, futuramente, psiquiatras. A próxima reunião do GT está marcada para 26/05. **11. Definição da Periodicidade das Reuniões do Fórum:** Ficou decidida a aplicação de uma pesquisa on-line, via Teams, durante a próxima reunião, para discutir a periodicidade dos encontros do Fórum. O objetivo é otimizar a dinâmica e empoderar o Fórum, que atua como espaço de validação dos trabalhos dos comitês e do GT. Estes devem encaminhar boletins periódicos, enquanto o Fórum pode enviar dúvidas e sugestões por e-mail à Comissão da Saúde. A comissão, por sua vez, divulgará o calendário e os links das reuniões, abertas à participação dos integrantes do Fórum. **12. Localização Institucional das Comissões nos MPs:** Também foi levantada a discussão sobre a melhor localização das comissões de prevenção à saúde mental na estrutura funcional dos MPs, considerando possibilidades como os setores de RH, Gestão Estratégica ou vínculo direto com a PGJ. **13. Curso de Liderança em Saúde Mental – Trilha Formativa:** Durante a reunião, Isabela Medeiros Ramalho reforçou os encaminhamentos relacionados à trilha de cursos sobre liderança em saúde mental. Informou que os três cursos estão em produção e que o segundo já se encontra em fase de finalização. O primeiro curso, elaborado por Dra. Cirlene e Dr. Helver, será utilizado como projeto-piloto. A proposta é concluir a trilha até agosto e disponibilizar os cursos na plataforma IERB, podendo também ser replicados em outras plataformas institucionais. Isabela destacou a proposta de gravação de vídeos curtos — de 1 a 2 minutos — pelos MPs que desejarem apresentar suas iniciativas. Informou que já recebeu um vídeo do MP do Rio de Janeiro, elogiando a produção enviada pelo Dr. Eduardo. Esses vídeos serão incorporados ao terceiro curso da trilha, que abordará as realidades institucionais. A sugestão é que os vídeos sejam simples e objetivos, mostrando como cada MP vem construindo suas ações em

saúde mental. Foi definido o dia 6 de junho como prazo para envio, que deve ser feito ao e-mail da Comissão da Saúde. Esses vídeos comporão o módulo que apresentará, junto com os resultados da pesquisa em andamento, o repositório com as boas práticas já catalogadas, cuja apresentação será feita por Roberto. **14. Manual de Implantação da Política de Saúde Mental:** Foi informado que o manual de implantação da política de saúde mental já incorporou as contribuições recebidas e o texto foi encaminhado para editoração. Será marcada uma data para o lançamento oficial. **15. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, Dr. Jairo Bisol agradeceu a presença de todos, ressaltando a importância do encontro e desejando uma excelente tarde e boa semana a todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, que será assinada e arquivada nos registros do Fórum.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**, **Coordenador Administrativo**, em 31/05/2025, às 01:26, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1182667** e o código CRC **D924EFA2**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 13/2025

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, realizada no dia 28/04/2025.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e cinco, ocorreu a 13ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP), realizada por meio da plataforma Microsoft Teams do CNMP. A reunião contou com a presença dos representantes das unidades e ramos do Ministério Público, indicados pelos respectivos Procuradores-Gerais. Após a verificação de quórum, a sessão foi aberta e conduzida pelo Membro Auxiliar da Comissão da Saúde (CS), Jairo Bisol, que representou o Conselheiro Moacyr Rey Filho, presidente interino da CS. **1. Estrutura e funcionamento do Fórum:** Jairo Bisol iniciou os trabalhos destacando que o Fórum vem operando com efetividade por meio dos comitês internos, os quais são responsáveis pela formulação das estratégias operacionais da política de saúde mental. Apontou que o pleno atua como instância de deliberação e legitimação das propostas desenvolvidas pelos comitês. **2. Proposta de espaçamento das reuniões plenárias:** Considerando a maturidade da estrutura interna do Fórum, foi proposta a transição para reuniões plenárias bimestrais, com possibilidade futura de periodicidade semestral, desde que consolidada a estratégia de comunicação interna e o fluxo de informações entre comitês e o pleno. Foi deliberada o espaçamento após a reunião já agendada para 16 de junho de 2025. **3. Estratégia de comunicação:** Foi informado que está em elaboração, com apoio das Secretarias de Comunicação, uma política de comunicação interna e externa para garantir articulação permanente entre os comitês e o pleno, bem como ampla difusão das ações da política junto aos membros e servidores do MP. **4. Fortalecimento das comissões locais:** Destacou-se a necessidade de consolidar o funcionamento das comissões de prevenção a situações de risco nos MPs estaduais, com apoio técnico e político, superando a simples formalização por meio de portarias. Foi apontada a importância de ambientes institucionais acolhedores e de diagnósticos periódicos para prevenção de adoecimentos psíquicos. **5. Articulação institucional:** Foram apresentados os avanços no diálogo com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ), Colégio Nacional de Corregedores-Gerais (CNCG), setores de Recursos Humanos, Fenamp e Conamp, buscando integrar a política às estruturas institucionais e garantir seu enraizamento. **6. Criação do Comitê de Enfrentamento às Violências:** Formalizou-se a criação do terceiro comitê do Fórum, voltado à formulação de estratégias de enfrentamento às violências institucionais, diante da ausência de regulamentação complementar da Resolução CNMP nº 265/2023. Os membros interessados foram convidados a manifestar interesse por e-mail. **7. Proposta de encontro presencial:** Foi aprovada a proposta de realização de encontros presenciais semestrais, sendo o primeiro previsto para agosto de 2025, em Brasília, com lançamento de um dos cursos produzidos pelo Comitê de Estratégias Psicopedagógicas. **8. Relatório do Comitê de Apoio às Comissões:** A

coordenadora Elisangela Rampinelli apresentou o andamento das atividades do Comitê de Apoio às Comissões de Prevenção, destacando o desenvolvimento de formulário diagnóstico, proposta de ferramenta de escuta, e criação do GT de Inteligência em Saúde Mental. O coordenador técnico do GT, Welison Fontes (MPSP), apresentou a proposta de atuação consultiva e diagnóstica do grupo. **9. Votação do Manual de Implementação da Política:** A servidora Luara (CNMP) apresentou a versão preliminar do Manual de Implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde Mental. Foram incorporadas sugestões do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Militar. Foi deliberada a aprovação da publicação do manual, com a ressalva da abertura do prazo de **1 (uma) semana** para que as unidades e ramos do Ministério Público interessadas enviem novas contribuições. Após esse prazo, o manual será encaminhado para SECOM para revisão e publicação. **10. Data da Próxima Reunião:** Confirmou-se a data da próxima reunião plenária para o dia 19 de maio de 2025, às 10h30, mantendo-se o cronograma previamente definido. A proposta de espaçamento das reuniões será deliberada nessa ocasião. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, com agradecimentos aos presentes. Para constar, lavrou-se a presente ata, que será assinada e arquivada nos registros do Fórum.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**, **Coordenador Administrativo**, em 16/05/2025, às 18:54, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1172135** e o código CRC **D285ADDB**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 12ª/2025

Ata da 12ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, realizada no dia 24/03/2025.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e cinco, ocorreu a 12ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP), realizada por meio da plataforma Microsoft Teams do CNMP. A reunião contou com a presença dos representantes das unidades e ramos do Ministério Público, indicados pelos respectivos Procuradores-Gerais. Após a verificação de quórum, a sessão foi aberta e conduzida pelo Membro Auxiliar da Comissão da Saúde (CS), Jairo Bisol, que representou o Conselheiro Moacyr Rey Filho, presidente interino da CS, **1. Avanços e Desafios:** Jairo Bisol iniciou os trabalhos destacando os avanços do Fórum, ressaltando a atuação do Comitê de Estratégias e os novos desafios emergentes, especialmente na comunicação interna e na difusão das ações aos membros e servidores do Ministério Público. Ele enfatizou que os comitês do Fórum têm se mostrado uma estratégia eficiente para o desenvolvimento de soluções e validação das principais deliberações. Sobre as comissões de prevenção a situações de risco de saúde mental, apontou que sua implantação e consolidação ainda estão em curso e que a efetividade dessas ações precisa ser aprimorada. Como evidência, mencionou que menos de 10% das unidades encaminharam o relatório anual e realizaram inscrições nos cursos oferecidos pelo Fórum. **2. Definição de Pontos Focais:** Para intensificar o diálogo com as unidades, foi proposta a criação de dois grupos de pontos focais: um representante das comissões no Fórum, responsável pelos mecanismos fundamentais, como relatórios e diagnósticos, além da dinâmica das comissões; e um representante da administração superior no Fórum, responsável por intermediar a comunicação entre o Fórum e a gestão (PGJ), garantindo que as demandas sejam encaminhadas à Procuradoria-Geral de Justiça. **3. Demandas e Contribuições dos Participantes:** Selma (MPDFT) ressaltou a necessidade de normatização interna das comissões, definição de papéis e atribuições e estruturação de processos de trabalho, além de destacar o tabu e preconceito relacionados à saúde mental. Micheline (MPAL) relatou a escassez de pessoal qualificado para atuar na área e reforçou a necessidade de normatização das atribuições das comissões. Rita (MPAC) informou que a unidade incentiva a participação dos integrantes da comissão nas reuniões do Fórum. Eduardo (MPRJ) destacou a relevância do tema da saúde mental, apontando que o Brasil lidera mundialmente os índices de ansiedade e ocupa o segundo lugar em depressão. Ressaltou o papel do CNMP na promoção da saúde mental e informou sobre as iniciativas em psicoeducação. **4. Atualizações e Deliberações:** Itajahy apresentou atualizações sobre o repositório de materiais do Fórum e alertou sobre a baixa adesão aos cursos oferecidos pelo IERBB/Fórum. Propôs a prorrogação do prazo de inscrições por mais 30 dias, o que foi aprovado por unanimidade. Jairo Bisol comprometeu-se a estruturar um modelo mínimo de informações a serem incluídas nos relatórios anuais e propôs a prorrogação do prazo de envio por 60 dias, sendo a proposta aprovada pelos

presentes. Luara apresentou uma proposta de guia para a implantação da política nacional de saúde mental no Ministério Público. Foi decidido que o documento será enviado aos membros do Fórum para sugestões antes da próxima reunião. **5. Data da Próxima Reunião:** As próximas reuniões foram agendadas para os dias vinte e oito de abril, dezenove de maio e dezesseis de junho, sempre às dez horas e trinta minutos, no horário de Brasília. Na próxima reunião, o MPSC apresentará uma boa prática na área de saúde mental. **6. Boas Práticas:** O MPRR compartilhou suas experiências e práticas na área, sendo parabenizado por Jairo Bisol, que destacou as particularidades regionais do país e reforçou o compromisso do Fórum com a promoção da saúde mental. **7. Encerramento:** Ao final, Jairo Bisol agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião às doze horas e trinta minutos. Para constar, lavrou-se a presente ata, que será assinada e arquivada nos registros do Fórum.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**, **Coordenador Administrativo**, em 25/03/2025, às 13:13, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVENBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1156251** e o código CRC **5DA896CF**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 011/2025

Ata da 11ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, realizada n dia 17/02/2025.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, por meio do aplicativo Microsoft Teams do CNMP, reuniu-se o Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP) em sua 11ª Reunião Ordinária. Presentes os representantes das unidades e ramos do Ministério Público, indicados pelos respectivos procuradores-gerais. Após verificado o quórum, declarou-se aberta a reunião, que foi presidida pelo Membro Auxiliar da Comissão da Saúde (CS) Jairo Bisol, na oportunidade representando o conselheiro Moacyr Rey Filho, presidente interino da CS. Destacou-se o propósito do encontro e os principais pontos de pauta. **Resumo dos assuntos tratados: 1) Prorrogação do Prazo para Entrega de Relatórios Anuais pelas unidades:** O Dr. Jairo Bisol destacou a importância dos relatórios anuais para o mapeamento da saúde mental nas unidades do Ministério Público. Informou que até o momento apenas cinco unidades haviam enviado seus relatórios e propôs a prorrogação do prazo até 31 de março de 2025. A proposta foi aceita por unanimidade, com o reforço de que as unidades que ainda não enviaram devem ser notificadas formalmente para garantir a adesão e cumprimento do prazo. O envio do relatório está previsto no art. 20 da Resolução CNMP nº 265/2023; **2) Atualização das Atividades do Comitê de Estratégias Psicopedagógicas:** O comitê, presidido pelo Dr. Eduardo, desenvolveu três cursos: **a) "Psicologia em Curso"**, com 100 vagas para profissionais da saúde mental no MP. O Dr. Bisol ressaltou que o curso tem gerado grande engajamento e feedback positivo dos participantes, destacando a relevância dos conteúdos abordados e a qualidade da metodologia aplicada. **b) "Pílulas em Psicoeducação"**, com três aulas gravadas sobre comunicação não violenta, fatores de risco psicossociais e prevenção ao suicídio. Roberto Itajahy explicou que esses materiais serão disponibilizados na plataforma Moodle do MPRJ. Ele frisou que serão disponibilizadas 90 vagas no total e as inscrições estarão abertas até o dia 19 de março. **c) Curso sobre "Promoção da Saúde Mental e Prevenção de Fatores de Risco Psicossociais"**, focado no papel da liderança. Isabela Medeiros Ramalho detalhou a estrutura do curso, que incluirá estudos de caso e exercícios interativos, e apresentou os nomes dos educadores para os cursos. Ela reforçou a importância de preparar as lideranças institucionais para lidar com questões de saúde mental e criar ambientes de trabalho mais saudáveis. O documento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. **3) Lançamento Nacional do Curso de Liderança:** Previsto para agosto de 2025, com uma reunião presencial do Fórum no MPDFT. O Dr. Jairo Bisol explicou que será uma oportunidade para fortalecer a adesão das lideranças institucionais ao programa. Ele enfatizou que esse curso é um marco no fortalecimento das políticas de saúde mental no MP. A Dra. Cirlene Luiza Zimmermann ressaltou a importância do envolvimento das corregedorias para a efetiva implementação do curso, sugerindo que sua participação seja formalmente

incentivada. **4) Criação de Comitês: foi aprovada por unanimidade a criação de dois comitês:** **a)** Comitê para fortalecer as Comissões de Prevenção de Situações de Risco e Saúde Mental, garantindo maior articulação entre unidades do MP. Sandra Zembruski (MPRS) enfatizou que algumas comissões ainda enfrentam dificuldades de funcionamento e precisam de diretrizes claras, sugerindo a criação de um documento orientador com recomendações específicas para o fortalecimento dessas comissões. **b)** Comitê para Desenvolvimento de Políticas de Conscientização e Prevenção de Violências no Ambiente de Trabalho, incluindo a elaboração de um manual e campanhas institucionais. Welison Matheus Fontes da Silva (MPSP) destacou a necessidade de padronizar boas práticas e promover um canal de diálogo entre as unidades. Ele sugeriu que sejam realizadas reuniões regionais para debater o tema e trocar experiências. **5) Definição do Calendário de Reuniões:** **a)** Foi deliberado que as reuniões ocorrerão na terceira segunda-feira de cada mês, com ajustes conforme necessidade. **b)** A próxima reunião ficou agendada para 24 de março de 2025. A Dra. Ana Cláudia Freire Camargos sugeriu que fosse estabelecido um cronograma anual fixo para melhor organização dos participantes e evitar conflitos de agenda. **6) Apresentação de Boas Práticas:** **a)** O MPT apresentou sua Política de Saúde Mental, estruturada a partir de pesquisas realizadas com seus integrantes e composta por um Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas. A Dra. Isabela Medeiros Ramalho explicou a estrutura do programa e destacou sua importância na prevenção de fatores de risco psicossociais. **b)** Ficou definida a apresentação do MPRR na próxima reunião. **c)** Na sequência, MPSC e MPM. A reunião foi encerrada às 12:10, com agradecimentos aos participantes e renovação do compromisso de trabalho para o fortalecimento das políticas de saúde mental no Ministério Público Brasileiro. A presente ata foi lavrada e assinada por este signatário.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**, **Coordenador Administrativo**, em 21/02/2025, às 19:48, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1142928** e o código CRC **1CBA05C9**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 010/2024

Ata da 10ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, realizada n dia 11/12/2024.

Às dez horas e trinta minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, por meio do aplicativo Microsoft Teams do CNMP, reuniu-se o Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP) em sua 10ª Reunião Ordinária. Presentes os representantes das unidades e ramos do Ministério Público, indicados pelos respectivos procuradores-gerais. Após verificado o quórum, declarou-se aberta a reunião, que foi presidida pelo Membro Auxiliar da Comissão da Saúde (CS) Jairo Bisol, na oportunidade representando o conselheiro Moacyr Rey Filho, presidente interino da CS. Destacou-se o propósito do encontro e os principais pontos de pauta. **Resumo dos assuntos tratados:** A reunião teve início com uma abertura conduzida pelo Dr. Jairo Bisol, que ressaltou a importância da saúde mental como elemento essencial para a melhoria institucional e o bem-estar dos integrantes do Ministério Público. Durante a reunião, foram apresentados avanços significativos e boas práticas realizadas pelas unidades do MP ao longo do ano. **1. O Relatório de Atividades de 2024** foi aprovado por unanimidade, assim como o Plano de Ação para 2025, destacando o comprometimento das unidades com as metas estabelecidas. **2. Atualizações do Comitê de Estratégias.** **a)** a capacitação "Psicologia em Curso" segue com vigor e intensa interação do professor Dr. Ervin Cotrik com os mais de cem alunos. **b)** a primeira aula produzida por iniciativa do comitê, que aborda "Comunicação Não-Violenta", está em fase final de produção e será disponibilizada aos integrantes do Fórum por meio da plataforma Moodle do MPRJ. **c)** atualizações foram feitas no repositório do Fórum, e foi deliberado um chamamento para a inclusão de novas iniciativas de RHs e núcleos de saúde mental. O Dr. Jairo destacou que "a apresentação das boas práticas não é um fim em si, mas deve abrir o diálogo. O repositório deve ser algo vivo e dialogal, disseminando iniciativas que sejam facilmente replicáveis". **3. Evento.** Bisol Propôs a realização de um grande evento em 2025, presencial ou híbrido, para fomentar discussões e promover atividades em grupo em torno do repositório. Foi informado que a Secom do CNMP já está desenvolvendo uma estratégia de marketing para divulgar as iniciativas do Fórum. **4. O curso "Promoção da Saúde Mental e Prevenção de Fatores de Riscos Psicossociais nos Ambientes de Trabalho do MP Brasileiro: Qual é o Papel da Liderança?"**, apresentado pela Isabela Medeiros Ramalho (MPT). Ficou acordado que será elaborada uma ementa e solicitada a indicação de novos multiplicadores para gravação das aulas, através de um formulário eletrônico. O Dr. Jairo sugeriu que, além de capacitar membros em vitaliciamento, as corregedorias pontuem esse e outros cursos nas avaliações de promotores. **5. Administração Superior.** Foi incluída uma proposta para ampliar o diálogo entre as unidades do MP, através da formação de uma sala exclusiva para as administrações superiores no evento presencial ou híbrido previsto para 2025. Essa iniciativa tem como objetivo integrar os setores administrativos em torno das ações do Fórum. **6. A proposta de**

incluir representantes do Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPJ) e do Conselho Nacional de Corregedores Gerais (CNCG) no Fórum, com voz e voto, foi aprovada por unanimidade. **7. Boas práticas.** O Ministério Público do Estado de Pernambuco apresentou as práticas desenvolvidas na unidade para promoção da Saúde Mental. Ficou definido que, em 2025, haverá apenas uma apresentação de boas práticas nas reuniões do Fórum. Ficou estabelecida a seguinte sequência para as **próximas apresentações:** MPT, MPRR, MPSC e MPM. **8. Ficou agendada a próxima** reunião para o dia **17 de fevereiro de 2025**. A reunião foi encerrada às 12:00, com agradecimentos aos participantes e renovação do compromisso de trabalho para o fortalecimento das políticas de saúde mental no Ministério Público Brasileiro. A presente ata foi lavrada e assinada por este signatário.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**, **Coordenador Administrativo**, em 17/12/2024, às 15:24, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1118676** e o código CRC **6E759DC4**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 009/2024/2024

Ata da 9ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, realizada n dia 13/11/2024.

Às dez horas e trinta minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, por meio do aplicativo MicroSoft Teams do CNMP, reuniu-se o Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP) em sua 9ª Reunião Ordinária. Presentes os representantes das unidades e ramos do Ministério Público, indicados pelos respectivos procuradores-gerais. Após verificado o quórum, declarou-se aberta a reunião, que foi presidida pelo Membro Auxiliar da Comissão da Saúde (CS), Jairo Bisol, na oportunidade representando o conselheiro Moacyr Rey Filho, presidente interino da CS, que destacou o propósito do encontro e os principais pontos de pauta. Resumo dos Assuntos Tratados: **1. Contexto do Fórum e Organização das Comissões:** Foi abordado o papel do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental como estrutura de apoio ao Ministério Público, reforçando a necessidade de cada unidade do MP criar suas Comissões de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental, conforme orientado pela [Resolução CNMP nº265/2023](#). A base do fórum consiste nessas comissões, constituídas individualmente por cada unidade. **2. Engajamento do Ministério Público:** Ressaltou-se que o Fórum não pertence ao CNMP, mas ao Ministério Público como um todo, devendo cada unidade apropriar-se das iniciativas do fórum. O objetivo é promover o diálogo entre as unidades, permitindo que cada uma compartilhe suas ações e experiências, facilitando uma visão integrada sobre saúde mental no MP a nível nacional. **3. Desafios e Objetivos para o Futuro:** Foi destacado o desafio de tratar o adoecimento nas instituições, tarefa que exige envolvimento coletivo. O fórum visa melhorar continuamente as práticas existentes, sem necessidade de reinventar estratégias, mas sim de aprimorá-las. **4. Criação do Comitê dentro do Fórum:** O primeiro comitê com a coordenação do Dr. Eduardo da Silva Lima Neto, Promotor de Justiça do Rio de Janeiro, está focado na área de educação, já iniciou suas atividades e está apresentando bons resultados. Este comitê terá voz nas reuniões, proporcionando atualizações e debatendo as ações propostas. **5. Canais de Diálogo com Estruturas Administrativas do MP:** Destacou-se a importância de estabelecer canais de comunicação formal entre o fórum e as estruturas administrativas do MP, incluindo os departamentos de RH e corregedorias, para uma efetiva implementação da política de saúde mental. A estratégia inicial é envolver o CNPG e promover reuniões de alinhamento com corregedorias e departamentos de RH. Essa interação é crucial para definir estruturas e planejamentos que facilitem a implementação das políticas e alinhem práticas administrativas. **6. Relatório de Atividades e Planejamento** para a Próxima Reunião: Com a proximidade do fim do ano, o fórum definiu a realização de uma última reunião anual em dezembro para apresentação do relatório de atividades e do planejamento para o próximo ano. Esse relatório será elaborado pela Comissão de Saúde em parceria com o Comitê, com previsão de submissão ao fórum na próxima reunião. Uma votação será realizada

para definir o plano de trabalho da primeira reunião de 2025. **7. Proposta de encaminhamento** sobre Proposta de resolução em tramitação no CNMP: Foi apresentada uma sugestão de encaminhamento por Ticiane, presidenta do SINDSEMP-SP e coordenadora da FENAMP, sobre a tramitação da [Proposta de Resolução nº4/2013](#), que trata do combate ao assédio e outras violências. Nesse sentido Jairo Bisol destacou o Art. 39 do [Regimento Interno do CNMP](#), segundo o qual, ao final do mandato, o Conselheiro deve devolver os processos à Secretaria-Geral, que os redistribuirá ao sucessor imediatamente empossado.. O texto da sugestão da Fenamp será encaminhado a todos os integrantes do fórum para avaliação na próxima reunião. **8. Comitê de Estratégias.** O Dr. Eduardo Neto expressou satisfação em tratar da questão da saúde mental, destacando a importância do tema para o MP, famílias e a sociedade. A ONU, ao tratar do assunto, recomenda a psicoeducação e a desmistificação do transtorno mental como pilares essenciais. No Brasil, onde os índices de ansiedade e depressão são alarmantes, a questão de saúde mental torna-se fundamental, inclusive considerando o impacto nas instituições. Eduardo enfatizou a relevância de discutir e implementar práticas voltadas para saúde mental no MP e relatou os cursos e ações propostos pelo comitê, que têm se mostrado frutíferos. Na sequência o assessor da CS, Roberto Itajahy, apresentou as atualizações sobre os cursos de capacitação, como o curso "Psicologia em Curso" oferecido gratuitamente pelo Dr. Ervin Cotrick, com grande adesão dos integrantes do MP. Também destacou o curso "Papel da Liderança", aprovado recentemente no âmbito do comitê de estratégias, e três palestras temáticas em desenvolvimento junto ao IERBB: riscos psicossociais, manejo de ansiedade e práticas integrativas, e comunicação não violenta no trabalho. Ao final, Itajahy apresentou o [repositório](#) e os [vídeos](#) de psicoeducação, uma iniciativa inspirada no MP do Rio de Janeiro, que visa desmistificar os transtornos mentais e facilitar a compreensão do público sobre o tema. **9. Boas Práticas:** Dado o avanço do horário, deliberou por apenas o do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), apresentar sua boa prática, ficando a apresentação do MPT para a próxima reunião. As iniciativas do MPBA foram apresentadas pela Promotora de Justiça Rocío Garcia Matos e pela Coordenadora de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, Larissa Dantas Guimarães. **10. Data da Próxima Reunião:** Ficou agendada para 11 de dezembro, às 10h30. **11. Encaminhamentos e Próximos Passos:** a. Elaboração do relatório de atividades de 2024 e plano de trabalho para 2025; b. Fortalecimento do diálogo entre o fórum e a área de gestão de pessoas e administração superior dos MPs; c. Realização da última reunião do ano em 11 de dezembro de 2024; d. Apresentação de boas práticas pelo MPT, MPRR e MPPE na próxima reunião; e. Votação da proposta de moção das resoluções do CNMP, conforme os regimentos vigentes; f. Atualização dos integrantes das Comissões de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental, prevista no art. 7º, inciso IX da Resolução CNMP nº 265/2023. **12. Encerramento:** A reunião foi encerrada às 11:48, com agradecimentos aos participantes e renovação do compromisso de trabalho para o fortalecimento das políticas de saúde mental no Ministério Público Brasileiro. A presente ata foi lavrada e assinada por este signatário.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**,
Coordenador Administrativo, em 19/11/2024, às 15:11, conforme § 3º do art.
4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-
PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **1105778** e o código CRC **260911AC**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 008/2024

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP), realizada em 09/10/2024.

Às dez horas e trinta minutos do dia nove de outubro de dois mil e vinte e quatro, por meio do aplicativo MicroSoft Teams do CNMP, reuniu-se o Fórum Nacional de Atenção à Saúde no Ministério Público (Fonasm-MP) em sua 8ª Reunião Ordinária. Presentes os representantes das unidades e ramos do Ministério Público, indicados pelos respectivos procuradores-gerais. Após verificado o quórum, declarou-se aberta a reunião, que foi presidida pelo Membro Auxiliar da Comissão da Saúde (CS), Jairo Bisol, na oportunidade representando o conselheiro Moacyr Rey Filho, presidente interino da CS, passando à apresentação da pauta. Bisol ressaltou que o espírito do fórum é implantar uma política de saúde mental a partir das práticas já existentes em cada unidade e construir uma inteligência em saúde mental, avançando nas estratégias para a instituição, muito especialmente junto com as corregedorias e a área de recursos humanos. Resumo dos Assuntos Tratados: **1. Comitê de Estratégias.** Jairo Bisol anunciou a publicação da Portaria 002/2024/CS (SEI 1086003) que instituiu o Comitê de Estratégias de Política de Saúde Mental no âmbito do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público. O membro auxiliar destacou que o comitê já está em andamento e produzindo iniciativas principalmente no campo das estratégias psicopedagógicas, sob a coordenação do Procurador de Justiça do MPRJ, Eduardo da Silva Lima Neto. Bisol elogiou a atuação do comitê, que apesar de recém-criado, já conta com várias propostas em cursos, como a capacitação "Psicologia em curso", com inscrições já em andamento, e o curso de formação de liderança voltado mais para os membros do MP, que está sendo construído no âmbito no comitê. Em seguida Lima Neto informou que já passam de 100 os inscritos para a capacitação "Psiquiatria em curso" para profissionais da psicologia e saúde mental, reforçando a importância do tema. Eduardo reforçou a importância de valorizar as práticas e experiências dos MPs, e disse que será feita uma reunião com as pessoas que se disponibilizaram para atuarem em ações de capacitação, que serão desenvolvidas com apoio do Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso (IERBB) do MPRJ. Na sequência o assessor da CS, Roberto Itajahy, apresentou o Repositório de Estratégias da Política de Saúde Mental, disponível no portal do Fórum que já conta com diversas iniciativas ali hospedadas, incentivando os participantes a visitarem o espaço virtual. Itajahy apresentou também o formulário do Canal de Comunicação para consultas sobre estratégias de Políticas de Saúde no MP, que tem por propósito de estabelecer um canal de comunicação com as Comissões de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental instalados nas unidades e ramos do MP, disponível no link <https://forms.office.com/r/GjL9kQLzs3>. **2. Boas Práticas.** Foram apresentadas as práticas dos Ministérios Públicos do Estado de Mato Grosso (MPMT) e do Estado do Paraná (MPPR), respectivamente pela subprocuradora administrativa do MPMT Claire Vogel Dutra e pela procuradora de justiça do MPPR Mônica Louise de Azevedo. **3. Outros assuntos:** Ticiane Lorena Natale (MPSP) propôs que seja

avaliado na próxima reunião encaminhamento do fórum relativamente à proposta de resolução nº 4 de 12/12/2023, que tramita no plenário do CNMP. **4. Próxima Reunião:** Ficou marcada para o dia 13 de novembro de 2024, às 10h30, com a apresentação de boas práticas pelos Ministérios Públicos do Trabalho e do Estado da Bahia. A reunião foi encerrada às doze horas, lavrando o signatário a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**, **Coordenador Administrativo**, em 05/11/2024, às 23:56, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1090224** e o código CRC **700DB40A**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 007/2024

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP), realizada em 07/08/2024.

Às dez horas e trinta minutos do dia sete de agosto de dois mil e vinte e quatro, por meio do aplicativo MicroSoft Teams do CNMP, reuniu-se o Fórum Nacional de Atenção à Saúde no Ministério Público (Fonasm-MP) em sua 7ª Reunião Ordinária. Presentes os representantes das unidades e ramos do Ministério Público, indicados pelos respectivos procuradores-gerais. Após verificado o quórum, declarou-se aberta a reunião, que foi presidida pelo Membro Auxiliar da Comissão da Saúde (CS), Jairo Bisol, na oportunidade representando o conselheiro Moacyr Rey Filho, presidente da CS), passando à apresentação da Pauta. Resumo dos Assuntos Tratados: **1. Boas Práticas** dos Ministérios Públicos de Goiás e do Distrito Federal e Territórios: a) O Ministério Público de Goiás (**MPGO**) apresentou o programa “Viver Bem”, que abrange dimensões organizacionais, psicossociais, sociais e físicas. Destaque para os 807 atendimentos realizados em 2023, incluindo apoio ao luto e intervenção em casos de conflito; b) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (**MPDFT**) apresentou programas como “Tecendo o amanhã”, “Despertar” e “Biofeedback cardíaco”, voltados para a saúde mental e a qualidade de vida dos membros e servidores. **2. Capacitação** sobre Saúde Mental: Foi apresentada uma consulta com a indicação de 35 profissionais para capacitação do Ministério Público. Deliberou-se pela criação de um comitê, sob a coordenação do Procurador de Justiça Eduardo Lima Neto, do MP do Rio de Janeiro, para definir e conduzir as estratégias da política de saúde mental. Durante a reunião, apresentaram-se como integrante do comitê Candice Cristiane Barros Santana Novaes - MPTO, Débora Suhel Salgado - MPDFT, Isabel Maria Salustiano Arruda Porto - MPCE, Kennedy Augusto Chaves Cezário Nejar - MPSP, Mônica Louise de Azevedo - MPPR, Renata Rodrigues Scalet - MPSP, Rosângela Barros Silva - MPM, Welison Matheus Fontes da Silva - MPSP, e Wesley Alves Felipe - MPPR. **3. Suspensão de Prazo** para Desenvolvimento de Política de Combate ao Assédio: Por unanimidade, foi deliberada a suspensão do prazo de 12 meses estabelecido no artigo 13 da Resolução CNMP nº 265/2023, para que cada MP desenvolva uma política de combate ao assédio moral, sexual e discriminação, até a decisão do Plenário do CNMP sobre proposta de resolução no mesmo sentido (Proposta de resolução nº 4 apresentada pelos Conselheiros Rodrigo Badaró e Jayme Oliveira, na 19ª Sessão Ordinária de 2023, em 12/12/2023, que tramita sob o nº 1.01146/2023-58 no Sistema Elo). **4. Próxima Reunião:** Está prevista para 9 de outubro de 2024, às 10h30, com a apresentação das boas práticas dos Ministérios Públicos do Paraná e do Mato Grosso. A reunião foi encerrada às doze horas, lavrando o signatário a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**, **Coordenador Administrativo**, em 13/08/2024, às 20:24, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1060427** e o código CRC **46F90A82**.

Memória da 6ª Reunião Ordinária 2024 do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental do MP

A 6ª (sexta) reunião ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental do Ministério Público, promovida pela Comissão de Saúde (CES) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ocorreu em 19 de junho de 2024, com início às 10:30 e término às 12:00. O evento destacou as boas práticas implementadas pelos Ministérios Públicos do Rio de Janeiro (MPRJ) e do Rio Grande do Sul (MPRS).

- **Condução:** A reunião foi conduzida por Jairo Bisol, membro auxiliar da Comissão de Saúde, em nome do presidente da CES, Jayme de Oliveira.
- **Destaque das Boas Práticas:**
 - **MPRJ:** Eduardo Lima Neto apresentou o programa de psicoeducação e desmistificação do transtorno mental, destacando a parceria com a Caixa de Assistência (Camperj) e a produção de videoaulas sobre saúde mental.
 - **MPRS:** Marcos Saralegui detalhou o Programa Acolhe MP, focado no acolhimento e escuta especializada para membros e servidores.
- **Estratégia de Capacitação em Saúde Mental:**
 - Jairo Bisol anunciou a criação de uma comissão para construir um banco de formação com membros capacitados para desenvolver cursos de saúde mental no MP, visando cumprir os requisitos da Resolução CNMP 265/2023. Será encaminhado ofício nesse sentido aos integrantes do Fórum. No mesmo ofício será encaminhado a de proposta de resolução que tramita no plenário do CNMP em complemento à Resolução 265/2023.
 - Prazos da Resolução 265/2023: foi alertado acerca dos prazos dos artigos 13 (política de combate ao assédio e à discriminação) e 17 (adequação dos cursos de vitaliciamento) que se encerram dia 6 de julho.
- **Próxima Reunião:** Agendada para 7 de agosto de 2024, às 10h30, com apresentações dos Ministérios Públicos de Goiás e do Distrito Federal e Territórios.

Este documento resume os principais temas discutidos e decisões tomadas durante a 6ª reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental do CNMP.

Link para a matéria Jornalística:

<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/17660-forum-nacional-do-cnmp-destaca-boas-praticas-em-saude-mental?highlight=WyJmXHUwMGYzcnVtll0=>

Memória da 5ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental do Ministério Público

A 5ª reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental do Ministério Público foi realizada em 22 de maio de 2024, com início às 10:00 e término às 12:00, por meio da plataforma MicroSoft Teams, promovida pela Comissão da Saúde (CS) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O encontro teve como objetivo discutir estratégias e apresentar boas práticas para promover a saúde mental dos integrantes do MP brasileiro, e apresentar boas prá.

- **Condução:** A reunião foi conduzida por Jairo Bisol, membro auxiliar da Comissão da Saúde, representando o presidente da CS, Jayme de Oliveira.
- **Apresentações de Boas Práticas:**
 - Luciana de Andrade e Elizangela Rampinelli, do Ministério Público do Espírito Santo, apresentaram o programa "Bem-estar o tempo todo", destacando iniciativas como o projeto BeHappier e a Coordenação de Recursos Humanos Itinerante.
 - Amanda Bruno, do Ministério Público de Rondônia, compartilhou a implementação da Recomendação CNMP n°52/2017 e iniciativas como o Setor de Atenção à Saúde e o programa de Mindfulness.
- **Propostas e Discussões:**
 - Jairo Bisol mencionou a intenção da comissão em desenvolver uma estratégia de capacitação na área de saúde mental para os membros do MP, visando melhorar o cumprimento da função de controle da Política de Saúde Mental nacional.
- **Próxima Reunião:** A próxima reunião do Fórum está marcada para 19 de junho de 2024, com apresentações das boas práticas do Ministério Público do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul na área de saúde mental.

Esta ata resume os principais pontos discutidos e decisões tomadas durante a reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental do Ministério Público.

Link para matéria jornalística da Reunião:

<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/17574-cnmp-debate-promocao-da-saude-mental-na-5-reuniao-do-forum-nacional-de-atencao-a-saude-mental-do-ministerio-publico?highlight=WyJmXHUwMGYzcnVtllO=>

ATA DA 4ª REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL (16/04/2024)

Nesta data, na sala de reuniões do Conselho Nacional do Ministério Público (CO2), às 10:00, iniciou-se a 4ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental. O Conselheiro Jayme Martins de Oliveira Neto abriu a sessão cumprimentando a todos e falando sobre a pauta da 4ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental. Foi passada a palavra ao MPAC, representado pela servidora Marcela da Silva Carvalho Santana, que apresentou o Programa de Saúde Mental daquele órgão. Segundo a servidora, o programa é a formalização de ações que já vinham sendo prestadas na instituição, visando a melhoria das relações no ambiente de trabalho, com atividades físicas, rodas de conversas, atendimentos médicos, dentre outras. Segundo a servidora, o MPAC instituiu o “dia do servidor”, onde cada servidor tem direito a um dia de folga do trabalho para resolver seus problemas pessoais. Além disso, foi instituído horário reduzido para mães que estão amamentando. Após o término da apresentação do MPAC, foi passada a palavra para o MPTO, que apresentou suas boas práticas em saúde mental, que visam o melhoramento da qualidade de vida colaboradores da instituição, da comunicação interna, vivência corporal para evitar e melhorar danos de doenças causadas pelo trabalho, estímulo ao sentimento de pertencimento à instituição, dentre outras. Após as apresentações, o conselheiro Jayme Martins de Oliveira Neto pediu que fosse enviado material informativo sobre as boas práticas apresentadas para divulgação no site da Comissão da Saúde do CNMP, além de ressaltar a importância das pesquisas realizadas nos projetos de saúde mental para divulgação dos dados. Continuando, o conselheiro solicitou que mais dois MPs se oferecessem para apresentar suas boas práticas na próxima reunião, sendo escolhidos o MPRO e o MPPR. Em seguida, o regimento interno do Fórum de Atenção à Saúde Mental foi aprovado na íntegra por seus membros participantes da reunião. Dessa forma, a reunião foi encerrada pelo presidente da CS. Sem mais.

Participantes: representantes do MPs, indicados pelo PGJ de cada unidade e representantes da FENAMP.

PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO

Art. 1º O Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (FONASM-MP) é um órgão colegiado de caráter permanente, com a finalidade de promover o debate, o estudo, a análise, a discussão, a harmonização, a articulação e a implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do Ministério Público.

Parágrafo único. Cabe ao FONASM-MP o acompanhamento e o monitoramento permanente da estratégia de implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde Mental, aprovada pela Resolução CNMP nº 265, de 3 de julho de 2023, assim como de regulamentações normativas subsequentes que complementem ou contemplem a referida política.

Art. 2º O FONASM-MP será presidido pelo Presidente da Comissão de Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e será constituído por 3 (três) representantes de cada um dos ramos e das unidades do Ministério Público, na forma do parágrafo único do art. 18 da Resolução CNMP nº 265/2023.
§ 1º No prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste regimento, os ramos e unidades do Ministério Público deverão regularizar, junto à Comissão de Saúde do CNMP, as indicações dos nomes de seus representantes e respectivos suplentes para o FONASM-MP.

§ 2º Cada ramo e unidade do Ministério Público deverá manter atualizadas as designações de seus representantes e respectivos suplentes junto à Comissão de Saúde do CNMP, devendo comunicar a alteração no prazo de 15 (quinze) dias a contar da modificação.

§ 3º O Presidente do FONASM-MP poderá indicar membros auxiliares e membros colaboradores da Comissão de Saúde para auxiliá-lo nos trabalhos.

§ 4º Em casos de ausências ou impedimentos do Presidente do FONASM-MP, será designado um substituto pertencente à Comissão de Saúde.

§ 5º As entidades nacionais representativas de membros e servidores do Ministério Público terão direito a assento e voz nas reuniões do fórum e nas comissões a ele vinculadas.

Art. 3º O FONASM-MP funcionará de forma permanente, com reuniões ordinárias em intervalos de, no mínimo, um e, no máximo, três meses, podendo ainda ocorrer reuniões extraordinárias mediante convocação do Presidente do FONASM-MP.

§ 1º A convocação mencionada no caput deste artigo deverá ocorrer com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 2º O Presidente do FONASM-MP poderá convocar reuniões extraordinárias, bem como convidar órgãos externos ao Ministério Público para participar das atividades, na condição de ouvintes ou colaboradores eventuais.

§ 3º As reuniões ocorrerão, preferencialmente, de maneira remota.

Art. 4º Cabe ao FONASM-MP promover estudos, coordenar atividades e sugerir iniciativas, com o objetivo de:

- I - fomentar a integração entre os ramos e as unidades do Ministério Público, assim como entre estes e outros órgãos essenciais à sua atividade;
- II - incentivar a adoção de boas práticas, programas e projetos institucionais voltados à implementação das ações e serviços em saúde mental locais;
- III - propor e organizar iniciativas de pesquisa e estudos na área de atuação à Saúde Mental;
- IV - acompanhar os indicadores e os fatores de risco à Saúde Mental;
- V - acompanhar a implantação dos programas nacionais;
- VI - propor ações de treinamento e capacitação para membros e servidores; e
- VII - encaminhar ao Plenário do CNMP sugestões para elaboração de atos normativos, recomendações e orientações de cunho técnico e jurídico referentes à área de Atenção à Saúde Mental.

Parágrafo único. Compete ao FONASM-MP a elaboração, no início de cada ano, do plano de trabalho para o exercício e do relatório das atividades do ano corrente.

Art. 5º Incumbe a cada integrante do FONASM-MP, sem prejuízo de outras responsabilidades:

- I – empregar esforços para alcançar os objetivos mencionados no art. 5º. deste regimento;
- II - fomentar a integração entre o FONASM-MP e a Administração do respectivo ramo ou unidade do Ministério Público;
- III - participar das reuniões do FONASM-MP, apresentando propostas e sugestões;
- IV – colaborar com os demais membros do Fórum no esclarecimento de dúvidas.

Art. 6º O FONASM-MP poderá apresentar à Presidência do CNMP sugestões para a formalização de Termos de Cooperação e contratação de consultores especializados, visando ao auxílio e cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. Caberá à Presidência do CNMP a análise da necessidade, conveniência e oportunidade da formalização dos Termos de Cooperação e a contratação de consultores especializados, assegurando, da mesma forma, a observância dos requisitos legais para efetivar tais procedimentos.

Art. 7º As deliberações do FONASM-MP serão tomadas pelo voto da maioria simples dos presentes.

§ 1º O Presidente do FONASM-MP somente votará no caso de empate da votação.

§ 2º A possibilidade de deliberações por meio eletrônico é admitida, desde que assegurada a segurança do processo de votação.

Art. 8º Fica facultada a criação de Comitês no âmbito do FONASM-MP, os quais serão constituídos conforme a demanda e necessidade identificadas pelo Fórum, na qualidade de instância superior de deliberação coletiva.

§1º Cada Comitê será coordenado por um integrante do FONASM-MP, indicado e designado pela Presidência do Fórum.

§2º A composição de cada Comitê será definida de maneira a garantir a representatividade e diversidade de conhecimentos e experiências relacionadas aos temas específicos de atuação.

§ 3º A duração de cada Comitê será determinada pela Presidência do FONASM-MP, com a possibilidade de revisão e renovação periódica, conforme necessidade.

§4º As reuniões dos Comitês ocorrerão de acordo com a frequência e o formato definidos internamente por cada grupo, visando o cumprimento efetivo de suas atribuições.

§5º Os Coordenadores de Comitês serão responsáveis por apresentar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas ao FONASM-MP.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ATA DA 3ª REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL (13/03/2024)

Nesta data, na sala CO2 do Conselho Nacional do Ministério Público, às 9:00, iniciou-se a 3ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental. O Conselheiro Jayme Martins de Oliveira Neto iniciou a reunião cumprimentando a todos e informando que o formato das reuniões será alterado a partir da 4ª reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental, onde os participantes terão mais tempo de fala. O Conselheiro mostrou as alterações realizadas na minuta do regimento interno do Fórum Nacional de Saúde Mental, informando que o texto a ser aprovado é provisório, sendo que a prática fará que a redação seja melhorada. O referido conselheiro falou ainda sobre a proposta de resolução elaborada por ele e pelo Conselheiro Badaró, que foi levada a plenário e está com pedido de vista por outro Conselheiro. O Conselheiro falou sobre os MPs que encaminharam suas Boas Práticas em saúde mental, como o MPAP, MPRJ, MPPE, MPPR, MPRN, MPAM, MPES, MPAC, MPMT, MPRS, MPCE, MPRO e MPTO. Foram lidas as alterações realizadas na minuta do regimento interno, onde o artigo 3º foi totalmente suprimido para que não sobrecarregasse a estrutura do CNMP e fosse possível executar com a estrutura existente no órgão. O Conselheiro convidou dois MPs para apresentarem suas boas práticas na próxima reunião, com apresentações curtas, com cerca de 15 minutos cada. O coordenador de assuntos parlamentares da FENAMP levantou a questão sobre a possibilidade de participação das entidades nacionais nas reuniões do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental, que constava na minuta anterior e não estava presente no texto apresentado na reunião. O conselheiro solicitou ao Sr. Alberto que lhe enviasse o texto original, para que a minuta fosse novamente corrigida. O membro auxiliar Jairo Bisol falou que realmente havia uma proposta de colocar essa participação com direito a voz e sem direito a voto, assim como a participação dos membros do grupo de trabalho. O Conselheiro Jayme leu a redação antiga do artigo 2º e a atual, ficando acordado que nova redação será apresentada aos participantes para que seja votada na próxima reunião. Ledur ressaltou que os MPs não estão indicando representantes classistas (servidores e membros) para o Fórum, o que pode prejudicar a representação. O Conselheiro retirou

o regimento da votação e falou que a nova minuta será enviada a todos antes da próxima reunião. Ficou acordado que o MPTO e o MPAC farão as apresentações na próxima reunião. Todos se despediram e a reunião foi finalizada. Sem mais.

ATA DA 2ª REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL (06/02/2024)

Nesta data, na sala T08 do Conselho Nacional do Ministério Público, às 10:12, iniciou-se a 2ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental. O membro auxiliar Jairo Bisol iniciou a reunião cumprimentando todos os participantes e explicando a necessidade que existe de cada MP se adequar ao linguajar da resolução de saúde mental, assim como a padronização do nome de cada comissão formada. Falou que as comissões que já existem devem se ajustar com o número de representantes de cada classe e padronizar o nome, para que não haja dificuldades na implementação das políticas de saúde mental. Em seguida, o membro auxiliar ressaltou a necessidade de regularização dos estados que ainda não instituíram suas respectivas comissões e não indicaram seus representantes para participar das reuniões do Fórum Nacional de Atenção de Saúde Mental, lembrando que é necessário um representante dos membros, um representante dos servidores e um representante da administração superior. Dr. Jairo Bisol informou que é preciso estar regular quanto à estrutura da comissão e à indicação dos seus representantes para participação nas reuniões do Fórum. Solicitou também que sejam informados o nome e o contato de um ponto focal para conduzir essas informações sobre a regularização de cada comissão. Em continuidade, falou sobre a necessidade da regularização para exercer o direito de voto do regimento interno na próxima reunião. O promotor do MPMG, Luciano Moreira de Oliveira, pediu a palavra e solicitou informações sobre a proposta de resolução apresentada pelo conselheiro Jayme Martins de Oliveira Neto e Rodrigo Badaró, sendo respondido pelo membro auxiliar Jairo Bisol que esse assunto seria tratado em outra ocasião. Dr. Jairo Bisol informou que no site da CNMP, na parte da Comissão da Saúde, existe a aba “composição”, onde constam os nomes dos representantes para o Fórum de cada MP, podendo ser consultada pelos participantes das comissões. Sobre o terceiro tópico da reunião, Dr. Jairo Bisol informou sobre a criação de formulário para agilizar o debate sobre a proposta de regimento interno do Fórum Nacional de Saúde Mental, com espaço para críticas/sugestões, informando em sequência que a data da próxima reunião será dia 28 de fevereiro de 2024, às 10h, quando será apresentado um

compilado das sugestões dadas no formulário disponibilizado para tal. Sobre o formulário de boas práticas, Dr. Jairo informou que servirá para coleta de informações para que seja feito um mapa de boas práticas dos MPs. A promotora Michelini Tenório solicitou informações de como terá acesso ao link dos formulários, sendo informada pelo Dr. Jairo que este será disponibilizado no site da Comissão da Saúde logo após a reunião. O referido membro auxiliar falou também sobre os relatórios de implementação das práticas de prevenção à saúde mental que deverão ser enviados ao CNMP, conforme a Resolução 265/2023. O último tópico da reunião foi ressaltado pelo Dr. Jairo, explicando que para exercer o direito de voto na próxima reunião, cada MP deverá estar com sua comissão formada e regularizada, com suas respectivas representações, passando a palavra para aos que tivessem dúvidas. A Dra. Cláudia Regina dos Santos Albuquerque Garcia perguntou se os suplentes poderão votar, sendo respondida pelo Dr. Jairo Bisol que sim. O promotor Raymundo Napoleão perguntou se teria como ser liberado um acesso na intranet do CNMP para que os membros das comissões tivessem acesso a pastas com documentos de boas práticas e outros, sendo sua sugestão acolhida para avaliação. Nesse momento, Dr. Jairo Bisol se despediu de todos e agradeceu a presença dos participantes. Sem mais.

ATA DA 1ª REUNIÃO DO FÓRUM NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL (14/12/2023)

Nesta data, no plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, às 09:10, iniciou-se a 1ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental. O Conselheiro Jayme Martins de Oliveira Neto abriu a sessão cumprimentando a todos e falando sobre os trabalhos sobre saúde mental realizados pela Comissão da Saúde do CNMP (CS), desde o seu início, quando foi realizada a pesquisa sobre saúde mental de membros e servidores do ministério público brasileiro, sobre a minuta de resolução, que foi reescrita, aprovada e agora efetivada. Informou que o Fórum pretende uniformizar os trabalhos das comissões para que seja construída uma política que seja razoavelmente boa e mais facilmente implantada. Destacou a importância desta data para a CS com a inauguração da 1ª reunião, que doravante serão reuniões mensais. Em seguida, apresentou a professora Silvia Generali e falou sobre o trabalho realizado por ela na CS. Explicou como será a dinâmica das próximas reuniões, que serão virtuais, com horário de começo e fim, sempre com atas. Passada a palavra ao Dr. Jairo Bisol, membro auxiliar da CS, que falou sobre a importância deste evento para o MP, que será o início do aprimoramento de uma política de saúde mental, informando sobre o envio uma minuta de regimento interno do Fórum para o e-mail de cada integrante. Explicou que nessa reunião serão realizados registros dos participantes para contatos posteriores e que cada MP deverá indicar um ponto focal para que sejam alinhadas e regularizadas as participações dos integrantes, possibilitando o exercício do direito de voto de todos. Foi então passada a palavra à Dra. Lorena Bittencourt, membro auxiliar da CS, que falou sobre a importância do Fórum para os MPs. Passada a palavra ao Dr. Fernando Pereira, membro colaborador da CS, que destacou a importância do Fórum, principalmente no contexto pós-pandemia, para todos os integrantes dos MPs. O Conselheiro Jayme explicou a importância de as reuniões terem uma periodicidade mensal, para que todos os MPs tenham oportunidade de mostrar seus avanços e dificuldades, assim como proporcionar oportunidade de fala para todos. Passada a palavra para a Prof. Sílvia Generali, que iniciou sua fala ressaltando a importância da saúde mental no ambiente do trabalho. Falou sobre os conceitos que precisam ser falados várias vezes para que haja uma mudança de comportamento nas pessoas, assim como a necessidade de estruturas para que essas mudanças sejam possíveis. Explicou a importância da atenção à saúde mental e os cuidados necessários para que a pessoa seja reabilitada. Destacou a importância do ambiente de trabalho para a saúde mental dos colaboradores, que pode impulsionar de forma positiva ou negativa o colaborador que passa por momentos de dificuldades emocionais; informou também sobre a importância da formação em gestão de pessoas para cargos que irão comandar equipes dentro dos MPs. Dr. Jayme agradeceu a presença da Dra. Sílvia e falou sobre a importância de que os integrantes das comissões de atenção à saúde mental mantenham contato com a Comissão da Saúde do CNMP, para que haja troca de informações e experiências. Explicou que as próximas reuniões terão dinâmicas de apresentação de seminários e outros trabalhos, para que haja um acompanhamento continuado das ações em saúde mental. Dr. Jayme falou sobre a importância de cursos de formação em gestão de pessoas para líderes em instituições como tribunais e ministério público. Após essa explicação, o conselheiro listou os MPs que já instituíram suas comissões de atenção à saúde mental, solicitando que os presentes ajudem que o quórum do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental se complete. Passada a palavra a quem quiser se manifestar, não havendo solicitações para tal. Dessa forma, a reunião foi encerrada pelo presidente da CS. Sem mais.

Participantes:

1. Conselheiro Jayme Martins de Oliveira Neto
2. Jairo Bisol
3. Lorena Bittencourt
4. Fernando Pereira
5. Silvia Generali
6. Ricardo Barbosa Silva
7. Claire Vogel Dutra
8. Weruska Fuso
9. Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos
10. Fernanda de Castro Lucas
11. Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá
12. Isabel Medeiros Ramalho
13. Roberto Goes Vieira
14. Heráclito D`Abadia Camargo
15. Juliana Martins Barreto Abreu
16. Elda Márcia Moraes Spedo
17. Larissa Dantas Guimarães
18. Rosimar Caetano Marino Moretti
19. Bruna Oliveira da Silva
20. Desirré Oliveira da Silveira
21. Michelli Moroni Rabuske
22. Eliomar Vieira das Neves
23. Cláudia Eunice dos Passos Iizuka
24. Marlene Nunes Freitas Bueno
25. Michele Darós Coelho
26. Ana Karine Serra Leopercio
27. Ana Luiza Oliveira Sobral
28. Rogério Luis Gomes de Queiroz
29. Amanda Souza de Oliveira Cabral Bruno
30. Rosângela Barros Silva
31. Cecília Eliane Gagetti Duarte
32. Bianka Karina Barros da Costa
33. Douglas Roberto Martins
34. Bárbara Garcia
35. Mônica Louise de Azevedo
36. Marcos Ferraz Saralegui
37. Fábio Montano Wilhelms
38. Candide Cristiane B.S. Novaes